LEI MUNICIPAL Nº. 937/95

Súmula: Acrescenta seção V ao capítulo II e seção VII da Lei nº. 815/93 que dispõe sobre a organização da Prefeitura Municipal de Mangueirinha e da outras providencias.

Faço saber, que a Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aprovou e eu, Miguel Carlos Rodrigues de Aguiar, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Seção I

Da Assessoria de Contabilidade

Art. 1º - A Assessoria de Contabilidade compete executar a política econômica e financeira do município, bem como o controle e a escrituração contábil e financeira da municipalidade; escriturar as receitas e despesas oriundas dos fundos veiculados; manter atualizado o registro contábil dos bens patrimoniais do município; registrar atos e fatos administrativos de acordo com o plano de contas em vigor; proceder a comissão de empenho visando assegurar o controle eficiente da execução orçamentária da despesa; promover a organização do arquivo da contabilidade. Verificar todos os documentos contábeis; assinar os mapas, resumos, quadros demonstrativos e outras apurações, com os servidores encarregados; assinar, juntamente com o Diretor do Departamento Financeiro, os balanços, balancetes, programas de aplicação, prestação de contas e outros documentos de apuração contábil; elaborar e encaminhar a prestação de contas anual do Prefeito, de conformidade com as disposições legais; comunicar ao Chefe do Executivo a existência de qualquer anormalidade nas prestações de conta dos tomadores de adiantamento; levantar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial através de balanço, balancetes, relatórios e outras demonstrações contábeis, efetuar o controle dos restos a pagar provenientes dos exercícios anteriores; registrar e controlar as aquisições, alienações e/ou concessões de imóveis instruindo os respectivos processos, quando autorizados por autoridade competente; promover a anulação de empenhos, quando for conveniente, comunicando o fato ao órgão interessado; promover a liquidação da receita, bem como a conferência de todos os elementos constantes dos processos respectivos; instruir e informar processos sobre pagamentos, saldos de verbas e demais assuntos pertinentes; realizar o controle dos créditos especiais e da transferência das verbas mediante o acompanhamento das leis e decretos específicos; executar outras atribuições correlatas determinadas pelo Chefe do executivo Municipal.

Seção II

Departamento de Ação Social

Art. 2º - O Departamento de Ação Social é o órgão responsável para promover, coordenar, orientar e executar toda política social do Município, de forma harmônica, integrado aos demais Departamentos e Órgãos Estaduais, compatibilizando suas atividades com os Órgãos de Esfera Federal, no sentido de reduzir as atividades paralelas, como forma de promover o melhor aproveitamento dos recursos financeiros e humanos, pela promoção de campanhas educativas, conscientizadoras e preventivas visando o bem estar Social da população; promoção social com programas especiais de atendimento aos trabalhadores, desempregados, indigentes, crianças e adolescentes carentes, idosos, indíginas, nutrízes reassentados, portadores de deficiências, visando a atuação e aplicação de recursos destinados a ação social; promover atividades de promoção social, visando obter a promoção, digo, participação da comunidade, solicitar apoio técnico e financeiro de órgão Estaduais e Federais, cuja atuação vise a promoção social da população do Município; implantar o desenvolvimento das políticas sociais que contribuam para melhorar a qualidade de vida da população urbana e rural do município; estabelecer as prioridades da política municipal de ação social; aprovar o plano municipal anual de ação social, em conjunto com o com o conselho municipal de assistência municipal, de acordo com as diretrizes gerais aprovadas na conferência municipal de assistência social; atuar na formulação de estratégias e controle da execução da política de assistência social do município, inscrever e fiscalizar as instituições de assistência social, atuantes no município de acordo como Governo Estadual; estabelecendo prioridades de atuação; Elaborar, orientar e executar projetos específicos de bem estar social, a problemática local e os recursos disponíveis, promover, coordenar a orientar programas de treinamento de pessoal a nível de comunidade, através de cursos, estágios, etc., bem como os funcionários do Departamento; Coordenar programas de Educação de base, motivando às comunidades de bairros e vilas para o trabalho de Associação de Moradores como forma de participação no processo de desenvolvimento local; colaborar na criação e organização de núcleos comunitários, APAE, casas assistenciais com o objetivo de congregar recursos e esforços para o trabalho de crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência, coordenar, orientar atividades desenvolvidas em grupos de trabalhos e clubes demões; executar programas de treinamento para dirigente de obras sociais, através de estágios cursos intensivos, visando o aperfeiçoamento dos métodos assistenciais; manter convenio com Órgãos das esferas Estaduais e Federais visando a criação e manutenção de entidades como creches, casa assistencial, APAE, Escola Profissionalizante, prestando ao mesmo tempo a assessoria técnica necessária; promover a integridade ao mercado de trabalho apreciar e emitir parecer acerca da proposta orçamentária da Ação Social, acompanhar a execução orçamentária e financeira anual dos recursos vinculados ao Fundo Municipal de Assistência social; acompanhar a cada dois anos em conjunto com o Conselho de Assistência Social; promover programas de amparo as crianças e adolescentes

carentes bem como às pessoas portadoras de deficiências, executar outras atividades correlatas determinadas pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - Fica acrescentado ao anexo II – Cargos de Provimento em Comissão da Lei nº. 815/93, a denominação de Assessoria de Contabilidade e Departamento de Ação Social, Diretor de Departamento, respectivamente, quantidade 01, símbolo CC – 1 e valor R\$ 1.086,05.

Art. 4º - Fica acrescentado ao anexo III – Cargos em Comissão Departamento de Ação Social, a denominação de Chefe de Divisão Social – símbolo CCDV – 2 valor R\$ 591,71; Chefe da Divisão de Ação Social Comunitária – símbolo CCDV – 3 – valor R\$ 473,36 e Chefe da Divisão de Administração – símbolo CCDV – 5 – valor R\$ 313,57, sendo a quantidade de 01 (uma) vaga para cada cargo.

Art. 5º - Esta Lei entrara em vigor com data retroativa a 1º de setembro de 1995, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manguairinha, Estado do Paraná, aos 22m dias do mês de novembro de 1995.

Miguel Carlos Rodrigues de Aguiar
Prefeito Municipal

Publicado no Jornal Novo Horizonte, dia 02 de dezembro de 1995, pagina 07.